



ACÓRDÃO Nº267/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11713/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Fonte Boa
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Eliezio Gomes Cerquinho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Adria Alves Vital – OAB/AM 5255
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7150/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2020.

Irregularidade. Revelia. Multa. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Fonte Boa**, referente ao **exercício de 2020**, de responsabilidade do **Sr. Eliezio Gomes Cerquinho**, ex-Presidente daquela Casa à época, nos termos dos arts. 22, inciso III, "b", e 25, ambos da Lei nº 2.423/1996, e arts. 188, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.2. Considerar revel o **Sr. Eliezio Gomes Cerquinho**, ex-Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/1996;

10.3. Aplicar Multa ao **Sr. Eliezio Gomes Cerquinho**, ex-Presidente da



ACÓRDÃO Nº267/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Câmara Municipal de Fonte Boa, no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), com base no art. 308, inciso III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades não sanadas listadas no Relatório Conclusivo nº 253/2022-DICAMI (fls. 206/228) e no Relatório-Voto. A multa deverá ser recolhida no prazo de **30 (trinta) dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, através do competente setor, vinculado à referida Secretaria, cientifique o interessado sobre o teor do Acórdão, nos termos do art. 161, *caput*, do Regimento Interno da Corte de Contas, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do deste *decisum*;

10.5. Arquivar os autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Fevereiro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº267/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Elissandra Monteiro Freire
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição